



Pagamento Especial por Conta

Técnicos Oficiais de Contas lamentam coimas indevidas

O presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), Domingues Azevedo, considerou ontem que a aplicação de coimas indevidas no Pagamento Especial por Conta descredibiliza o sistema fiscal e apelou ao Ministério das Finanças para intervir.

O jornal "Público" noticiou ontem que a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) exigiu a liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC) a milhares de contribuintes sem que tivesse base legal para esses pagamentos, tendo chegado a apli-

car coimas.

Em declarações à Agência Lusa, o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), Domingues Azevedo, disse que se «está a criar uma situação em que impera o velho conceito: Pague agora, reclame depois».

«Não é só o PEC. O PEC pela sua dimensão desperta maior atenção», disse o responsável, salientando que «não estão verificadas minimamente a emissão de documentos automáticos do sistema fiscal».

«O sistema executa ordens que

lá estão e se o sistema tiver um problema vai emitir milhares de documentos. Em situações como a do PEC é complicado para os contribuintes», referiu.

No entender do presidente do CTOC, esta situação «descredibiliza o processo e o sistema fiscal e gera nas pessoas uma sensação de injustiça e impotência».

Domingues Azevedo admitiu ter a informação de que os processos das coimas estão a ser anulados e apelou ao Ministério das Finanças para que resolva a situação e evite que surjam outras.

De acordo com o "Público" de ontem, o Ministério das Finanças diz que se tratou de um «lapso» dos serviços que entretanto já foi resolvido, estando a Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) a fazer um levantamento dos contribuintes que foram notificados das coimas.

As liquidações realizadas referem-se ao PEC de 2003 e dizem respeito a empresas que iniciaram a sua actividade no ano anterior e, de acordo com o Público, foi este facto que esteve na base do lapso dos serviços.

Lusa